

A. I. N° - 09284192/03
AUTUADO - LOURIVAL SANTOS ARGOLO
AUTUANTE - ANDRÉA VILLAS BOAS
ORIGEM - IFMT- DAT/METRO
INTERNET - 13.08.2003

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0300-04/03

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. A infração não ficou caracterizada. Rejeitada a preliminar de nulidade. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 31/01/03 pela fiscalização do trânsito de mercadorias, exige multa no valor de R\$ 690,00, em virtude da falta de emissão de documento fiscal, apurada por meio de auditoria de caixa, conforme termo anexado à fl. 6.

O autuado apresentou defesa tempestiva, fls. 11 a 13, e suscitou, preliminarmente, a nulidade do lançamento por cerceamento do direito de defesa, alegando que não há na autuação qualquer esclarecimento de como foi efetuado o levantamento ou sobre o fato ocorrido.

No mérito, alega que a autuante não considerou, na auditoria de caixa, a Nota Fiscal n° 159 (fl. 14), no valor de R\$ 210,00. Ao final, solicita a nulidade ou a improcedência da autuação.

Na informação fiscal, fl. 18, a autuante diz que a acusação é clara, e que os cupons fiscais dos quatro ECFs do autuado mostram o total das vendas realizadas até o momento da apuração. Salienta que o Termo de Auditoria de Caixa (fl. 6) mostra que o gerente do estabelecimento reconheceu a apuração realizada.

Alega que solicitou os talões de notas fiscais, porém o contribuinte só lhe apresentou um talonário. Diz que o mesmo foi “trancado” na Nota Fiscal n° 2035 (fl. 5) e, ao constatar a falta de emissão de documento fiscal por meio da auditoria de caixa, foi emitida a Nota Fiscal n° 2036, no valor da diferença apurada, sob o consentimento do autuado.

Ressalta que não lhe foi apresentado, no momento da ação fiscal, o talonário referente à Nota Fiscal n° 159, acostada ao processo na defesa. Diz que ao retornar ao estabelecimento para verificar o talonário e a respectiva nota fiscal, constatou que o citado talonário não se encontrava mais no estabelecimento do autuado, e sim, no escritório do contador. À fl. 19, acostou a 1ª via da Nota Fiscal M1 n° 164.

Ao concluir, diz que a denúncia foi comprovada, que a auditoria foi realizada na presença do contribuinte e que os valores apurados foram confirmados pela assinatura do autuado. Em seguida, mantém a ação fiscal.

O autuado recebeu cópia da nota fiscal acostada pela autuante e teve o prazo de lei para se manifestar, todavia não se pronunciou.

VOTO

Inicialmente, afasto a preliminar de nulidade suscitada pelo autuado, pois, no presente lançamento, não houve o alegado cerceamento do direito de defesa do autuado. A auditoria de caixa foi realizada de acordo com a legislação tributária estadual e, além disso, o Termo de Auditoria de Caixa é um documento auto-explicativo e que tem sido entendido pelos contribuintes sem maiores dificuldades. Ademais, a auditoria foi realizada na presença de um preposto do autuado, o qual assinou o referido termo sem consignar nenhuma restrição.

Adentrando no mérito, constato que o autuado é acusado de ter efetuado vendas sem a emissão da devida documentação fiscal. Para comprovar a infração, após a leitura em “x” do ECFs e do “trancamento” de um talonário de notas fiscais série D-1, foi lavrado o Termo de Auditoria de Caixa (fl. 6), o qual foi devidamente assinado pelo preposto do autuado. Em sua defesa, o contribuinte diz que, na auditoria realizada, não foi considerada a Nota Fiscal M1 nº 159, no valor de R\$ 210,00, cuja cópia acostou à fl. 14 dos autos. Na informação fiscal, a autuante mantém a ação fiscal e anexa, ao processo, a 1ª via da Nota Fiscal M1 nº 164, onde, no dia 28/04/03, foi apostado um “visto fiscal”.

Entendo que não há como deixar de considerar a Nota Fiscal nº 159, no valor de R\$ 210,00, pois esse documento fiscal foi emitido antes do “trancamento” do talonário fiscal, o qual só ocorreu em dia 28/04/03. Efetivamente, o preposto do autuado assinou o Termo de Auditoria de Caixa e emitiu a Nota Fiscal nº 2036, porém os autos mostram que a Nota Fiscal nº 159 não foi considerada na auditoria e, até prova em contrário, ela foi emitida antes do “trancamento” do talonário fiscal.

A autuante alega que o talonário não lhe foi entregue, porém, essa alegação não invalida a nota fiscal apresentada pelo contribuinte, pois, com o “trancamento” tardio do talonário, não há como saber se o autuado agiu ou não de má-fé. Cabia ao fisco, com base em seus controles de autorizações para impressão de documentos fiscais, saber quais os talonários de notas fiscais que o autuado possuía.

Em face do comentado acima, entendo que a Nota Fiscal nº 159, no valor de R\$ 210,00, deve ser considerada na auditoria de caixa e, em consequência, a diferença apurada pela autuante não subsiste. Dessa forma, a infração não ficou caracterizada.

Pelo exposto acima, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº 09284192/03, lavrado contra **LOURIVAL SANTOS ARGOLO**.

Sala das Sessões do CONSEF, 07 de agosto de 2003.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO - PRESIDENTE

ÁLVARO BARRETO VIEIRA - RELATOR

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA - JULGADOR